

# Dicionário crítico do feminismo\*

de Helena Hirata, Françoise Laborie,  
Hélène Le Doaré e Danièle Senotier (orgs.)

## O espectro de Beauvoir 60 anos depois

por Renata Gonçalves\*\*

No ano em que o importante livro de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, completou sessenta anos sob um silêncio ensurdecedor, o(a)s leitor(a)s brasileiro(a)s ganham de presente, uma década depois do lançamento na França<sup>1</sup>, a tradução do *Dicionário crítico do feminismo*. Estudioso(a)s das chamadas questões feministas no Brasil têm mais de um motivo para ficarem entusiasmado(a)s com a obra. Afinal, o feminismo brasileiro tem uma ligação histórica com o daquele país. Inspiradas neste que, por sua vez, se revitalizava com as ações do Maio de 1968, muitas exiladas criaram o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. As experiências do exílio foram a base para o feminismo revisitado que conhecemos nos anos de 1970 e 1980 com a junção da agenda feminista proposta pelas que regressavam do exílio com a pauta de reivindicações de mulheres das classes populares que lutavam por melhores condições de vida, em sentido – digamos – bem mais amplo.

Como terá evoluído o feminismo francês dos idos de 1968 aos dias de hoje? Um dos objetivos das organizadoras foi o de tornar “metodicamente visível a sexualização do social e seus efeitos”, assim como “induzir uma sistemática de questionamentos sobre o androcentrismo presente na representação dos objetos e na produção das palavras, das ideias, dos sistemas de pensamento” (p. 14). Sem dúvida alguma, trata-se de um *Dicionário* feminista: nele é “central a problemática da dominação entre os

---

\* São Paulo, Editora da Unesp, 2009.

\*\* Professora dos Departamento e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), nesta mesma Universidade; e do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), sediado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Agradeço a Lúcio Flávio de Almeida pela leitura atenta e valiosas sugestões. End. eletrônico: rengen@terra.com.br

<sup>1</sup> Além da primeira edição francesa, publicada em 2000, e da segunda (ampliada), em 2004; o *Dicionário* foi publicado na Espanha e no Japão, em 2002; na Turquia, em 2009; e será publicado proximoamente na Bulgária.

sexos e suas conseqüências” e nos 48 verbetes encontramos os assuntos mais caros aos movimentos feministas, como aborto, assédio sexual, contracepção, família, maternidade, prostituição, sexualidade, etc.. Como sugerem as organizadoras, trata-se de um trabalho crítico que expõe “as controvérsias teóricas e políticas que atravessam o pensamento e o movimento feminista”. Talvez por isto nos deparamos com temas que transbordam as chamadas questões “propriamente” feministas. É o caso, por exemplo, de desemprego, migrações, nação, mundialização, sindicatos, igualdade, universalismo, etc., cujas abordagens propõem “uma desconstrução de certos conceitos clássicos das Ciências Sociais” (p. 9).

O curto espaço de uma resenha não nos permite discorrer sobre cada um dos verbetes, mas a cada nova página, ressurgem a pergunta: como terá evoluído o movimento feminista francês? *Avez-vous dit* movimento feminista francês? Um *French Feminism*? Questão perigosa que nos conduz diretamente ao debate explicitado anteriormente por uma das autoras do *Dicionário*, Christine Delphy (1996), que detectou o caráter ideológico e até antifeminista presente nesta denominação. Para Delphy, o que é apresentado como um feminismo francês é uma invenção, ou mesmo uma distorção, anglo-saxônica, que apaga a dinâmica subversiva de algumas correntes feministas dentro e fora da França. Esta é uma das preocupações das organizadoras.

Embora algumas abordagens centrais permaneçam focadas na França, frequentemente aparece a dimensão internacional das questões analisadas sinalizando-se que, para além dos aspectos comuns, as realidades sociais e as práticas são diferentes de um país a outro. Isto nos conduz a explicitar um problema de ordem teórica e política sobre o que podemos denominar, genericamente, de “feminismo brasileiro” ou de maior visibilidade no país.

A partir dos anos de 1990, o caráter combativo do movimento feminista no Brasil começou a desaparecer gradativamente. Como escreve Moraes, “afrouxaram-se os laços que tinham unido intelectuais feministas e movimentos populares de mulheres; desapareceu a militância não-profissional ao mesmo tempo em que a discussão sobre a questão da mulher, bem como sobre o ponto de vista feminino desloca-se cada vez mais para os espaços acadêmicos” (1996: 9). Desde esta década, ao mesmo tempo em que se consolidava o projeto neoliberal, pulularam no país os chamados *Gender Studies*. Produto da inquietação feminista em busca de formulações que possibilitassem compreender os determinantes da opressão feminina para além da questão meramente econômica, tal como abordada por inúmeras análises de classe fortemente reducionistas, fez com que o conceito de gênero ganhasse corações e mentes no Brasil (Gonçalves, 2009). Qual terá sido a trajetória francesa?

O conceito de gênero é uma das controvérsias presentes no *Dicionário*. Nicole-Claude Mathieu, no verbete “Sexo e gênero”, observa que no início dos estudos feministas, tanto nos Estados Unidos como em outros países, o objeto central eram as mulheres e sua invisibilidade social. Falava-se, segundo Mathieu, da opressão/exploração das mulheres e das formas de libertação. Não se falava de gênero (p. 225).

O uso exclusivo deste termo torna-se uma tendência no mundo anglo-saxão a partir dos anos 80. E isto acarreta vários problemas, dentre os quais o risco de naturalização do gênero. Para a autora, muitos escritos em inglês utilizam *gender* como um eufemismo para *sexo* e tendem a ocultar que o “sexo” funciona como “parâmetro das relações sociais concretas”.

Até aqui não observamos nenhuma muralha da China separando as constatações das pesquisas feministas de cá e de lá: relações de gênero, além de intraduzível, quase sempre tem significado uma substituição para os estudos sobre mulheres. Se tomarmos como ponto de referência o verbete “Movimentos feministas”, assinado por Dominique Fougeyrollas-Schwebel, veremos uma semelhança não apenas entre os rumos do feminismo francês e do brasileiro, mas do feminismo de modo geral. Como no caso brasileiro, a autora observa que as organizações feministas passam a atuar “cada vez mais a título de ONGs” (p. 148). Nas palavras da autora, “a pressão internacional permite o avanços dos direitos das mulheres, acompanhado de uma atenuação da radicalidade dos movimentos feministas, que passam a se posicionar como associações a serviço das mulheres” (p. 148). Daí a referência de Nancy Fraser à “astúcia da História”, quando examinou a cooptação das bandeiras feministas pelo “novo espírito do capitalismo”. A agenda neoliberal contemporânea não vê problemas na premissa “não se nasce mulher, torna-se”. O exemplo disto tem sido a explosão das ONGs e seus micro-créditos, cujos principais beneficiários são as mulheres, preenchendo “os vazios deixados pelos Estados cada vez mais encolhidos” e despolitizando as ações locais e distorcendo “suas agendas em direções favorecidas pelos financiadores do Primeiro-Mundo” (Fraser, 2009).

O feminismo, imbuído deste “novo espírito”, paradoxalmente atualiza e neutraliza o espectro de Beauvoir. O que nos leva a perguntar que rumo levou um outro espectro que acompanhava um certo feminismo de segunda onda.

Buscar uma resposta nas diferentes análises, abordagens, trajetórias expostas neste *Dicionário crítico do feminismo* pode ser um excelente desafio para leitor(a)s desta edição brasileira.

### **Bibliografia**

- DELPHY, C. (1996). L'invention du “French Feminism”: une démarche éssentielle. *Nouvelles Questions Feministes*, Paris, vol. 17, n.1.
- FRASER, N. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, vol. 14, n. 2.
- GONÇALVES, R. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 21/22.
- MORAES, M. L. Q. (1996). *Marxismo e feminismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, Col. Primeira Versão.